



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/terra-que-nao-e>

Terra que não é, em lugar de ninguém

Amintas Lopes da Silva Junior[1]

RESUMO: O texto registra um exercício livre de pensamento, ligeiramente especializado na Amazônia, sobre a premência de uma sociedade que decline definitivamente do agronegócio monocultor que, do contrário, não deixará país nenhum para ver. O Estado que concerne ao país ameaçado serve ao agronegócio. Somente agriculturas arborescentes, compreendidas como máquinas de guerra nômades, podem frear a destruição colocada em marcha por este funesto ente sinérgico que se propaga viralmente. Elas ainda persistem, conjurando ao nível de lugares o Agroestado contra a sociedade. Há de se retomá-las enquanto rumo societário.

PALAVRAS-CHAVE: Máquina de guerra. Nomadismo. Agriculturas arborescentes. Agronegócio. Territorialização aterrada.

Land that is not, in no one's place

ABSTRACT: The text records a free exercise of thought, slightly spatialized in the Amazon, about the urgency of a society that definitively renounces monoculture agribusiness which, otherwise, will leave no country to see. The State that concerns the threatened country serves agribusiness. Only arborescent agricultures, understood as nomadic war machines, can stop the destruction set in motion by this disastrous synergistic entity that spreads virally. They still persist, exorcising the Agrostate against society at the local level. They must be taken again as a social direction.

KEYWORDS: War machine. Nomadism. Arborescent agricultures. Agribusiness. Terrified territorialization.



"Nas zonas rurais não ficou ninguém. Para quê? Somos um país urbano. A terra gretada não produz nada." (Uma das infundáveis digressões de Souza, protagonista de *Não verás país nenhum*, de Brandão, Ignácio de Loyola, 2008, p. 114.)

Quando as pessoas se alimentam dos frutos da terra em que vivem, tornam-se, elas próprias, a terra do lugar também, o que cria um vínculo visceral, uma vez que suas vísceras foram originalmente grumos de solo, convertidos em células humanas por meio da mediação vegetal, como de resto todo o seu corpo. As pessoas que se alimentam de seus lugares não os abandonam, tampouco admitem que desrespeitem seus mortos: a terra de seus lugares aguarda o seu retorno, assim como acolheu em suas entranhas aqueles e aquelas que um dia, alimentados por ela, vivenciaram a inquietude de um mundo de sentidos e agora jazem mortos, o que, em paisagens multiespécies, é tão somente viver na ausência de sentidos.

Em decorrência, as pessoas que não se alimentam da terra em que vivem não se estabelecem mais em lugar algum, obedecendo aos ditames de um capitalismo que as mantém transitórias, errantes, fornecendo a força de trabalho simultânea e contraditoriamente indispensável e descartável, em todos os pontos em que momentaneamente seja requerida. Quando os empresários do agronegócio embebem de veneno a atmosfera acima de seus monocultivos, não estão apenas atendendo a uma das prescrições do itinerário técnico que perseguem, mas também, inviabilizando a permanência de quaisquer recalcitrantes. Ao envenenamento direto das pessoas, soma-se a inviabilização de suas agriculturas, porque a deriva tóxica desconhece as cercas que seus promotores insistem em disseminar. Os frutos da terra encarquilham, as árvores e arbustos secam, as lavouras entanguem, os animais de criação adoecem, as abelhas e outros polinizadores são localmente extintos: não há o que comer. As pessoas estarão predispostas à mobilidade, de forma que possam atender adequadamente à demanda capitalista por mão de obra precarizada e terras desimpedidas. Não se pode deixá-las enraizar.



Esquecer de onde se veio é uma das terríveis consequências de se comer o veneno exposto em gôndolas de supermercados, acrescido de amido de milho e óleo de soja transgênicos, do açúcar branco canavieiro secularmente escravocrata, do sal que torna corpos hipertensos enquanto congêneres maculam de branco os campos irrigados por pivôs do agronegócio. Trata-se de simulacro de comida produzido em substrato estéril, que deixou de ser terra há muito. Terra que não é, em lugar de ninguém. Há de alimentar a quem? A comida humaniza, o capitalismo desumaniza. A fome, negação explícita e violenta do alimento, somente possível se não se reconhece humanidade no outro, não é apenas consequência da conjugação entre modelo produtivo e (des)arranjo fundiário do agronegócio que não planta alimentos, mas *commodities*. A fome serve ao agronegócio, assim como este a serve à mesa. Torna vulneráveis as comunidades cercadas que o antagonizam e, portanto, mais propensas à entrega de suas terras e ao trabalho precarizado – na menos ruim das hipóteses – e reincidentemente análogo à escravidão. A fome, como evidenciou a fala da senadora que se autorrepresentava em um congresso de latifúndio sobrerrepresentado, é levemente mobilizada para justificar o uso indiscriminado de uma miríade de venenos como matéria-prima[2] da indústria de ultraprocessados, comercializados como alimento no engodo do supermercado: negação da comida porquanto reles simulacro.

Ao tornar as pessoas suscetíveis ao engodo, a iminência da fome rompe vínculos de conterraneidade estabelecidos a partir do que se come: desenterra o cordão umbilical deixado em lugares de antepassados, não raro ainda habitados por consanguíneos, aquelas e aqueles que resistem à expulsão. Alimentos que compõem dietas localizadas há gerações sedimentam vínculos entre pessoas e territórios: nutrem a memória. Nos trópicos, a *madeleine* proustiana bem pode ser o beiju com tucumã.

O vínculo com a terra é a experiência localizada em cujos arredores reside a conterraneidade, espontânea. A nação, essa mesma que defende interesses corporativos em detrimento da vida das pessoas, é compulsória: pertença imposta a uma identidade que homogeneíza, comunidade imaginada que se apropria de elementos de construções identitárias locais pinçados a dedo para montar-se como aberração civilizatória, inconciliável, mas tornada aceitável a partir de estereótipos veiculados em programas de televisão ou livros didáticos. Enraizamento no território, jamais imobilizante porque rizomático, nômade, brota como conhecimento que viceja em profusão: gênese, acionamento, propagação, reinvenção e, portanto, metamorfose ininterrupta(s)



e cotidiana(s) de epistemes, como no passado – de longa duração mas amplamente vigente até há não muito tempo, além de teimosamente persistente em inúmeros lugares – em que os seres humanos ainda detinham pleno domínio técnico sobre seus afazeres, fornecedores de bens materiais, sim, mas também organizadores de paisagens e de sociabilidades não venais.

Quanto ao Estado-nação, Benedict Anderson (2008) nos dá a saber que, modernamente, cada unidade de área do território legalmente demarcado sob sua égide é operado com ímpeto homogeneizante de forma integral e decisiva, em contraste com um imaginário europeu mais antigo acerca de reinos definidos por centros, de fronteiras porosas, indistintas, e soberanias imperceptivelmente esvaecidas uma dentro da outra. Talvez, por isso, a paisagem enquanto circunscrição-jurisdição – autonomia popular inscrita no espaço – foi substituída pela pictórica, a princípio, para deleite da nobreza de reinos dinásticos e, posteriormente, de burgueses que desde sua ascensão enquanto classe investiram em terras – e na estetização da posse – os lucros de um pujante comércio inarredavelmente imbricado com o saque colonial. A expropriação de terras além-mar financiou a expropriação de terras dos compatriotas plebeus: o aparelho estatal é, antes de mais nada, desterritorializante. Como na proposição newtoniana tornada adágio, a toda ação corresponde uma reação, mesmo que a ação seja simplesmente viver à revelia do Estado: havia máquinas de guerra nômades a conter e desde a emergência do Leviatã, elas são o contraponto ao autoritarismo estatal.

O nomadismo que movimenta a máquina de guerra da qual o Estado não consegue se apoderar é transgressor porque viabiliza trocas insuspeitas entre lugares, cujos resultados são sementes que podem fazer germinar novos mundos. Entretanto, há que se territorializar em algum lugar, para que possamos plantá-las, embora, talvez, sob outras demografias, como a Amazônia nos deu profusos e profícuos exemplos. Não podemos perder de vista que desterritorializar é o modo de operar do empreendimento capitalista: desterritorializa pessoas, animais, saberes, comida, a própria terra, levada pela enxurrada das monoculturas a assorear leitos de rios. As árvores, esses fantásticos seres a fazer passar o mundo por dentro de si, durante décadas, séculos ou quiçá milênios, enquanto fincam poderosas raízes na terra de seus lugares que, enfim, são também os nossos, essas, o binômio latifúndio-agronegócio extermina, na impossibilidade de desterritorializá-las. Inclusive, é o mesmo que faz recorrentemente com pessoas que insistem em fincar raízes em seus lugares: as assassina. A máquina de guerra nômade, freio ao Estado desde



que não se deixe confiscar, se contrapõe à máquina capitalista de moer gente tornada errante, sempre à espreita, sequiosa de sequestrar o aparato estatal. E sabemos do que o Estado é capaz quando dispõe da máquina de guerra no interesse do empresariado-especulariado[3] capitalista: é toda nossa história republicana. Aliás, a promiscuidade público-privada remonta à colônia prenehe de capitalismo – quando era fundante do sistema – e atravessa o império, ardis de escravocratas juridicamente legitimados.

Vado, personagem de *Narradores de Javé* (2004), filme de Eliane Caffé, diz em certo momento da trama, ao dar notícia da barragem que inundará as vidas do povo reunido na igreja da vila: “vão ter que sacrificar uns tantos pra beneficiar a maioria. A maioria eu não sei quem são, mas nós é que somos os tantos do sacrifício”. A fala aponta para o apartamento entre sujeito e objeto do progresso, mas antes disso, para a distinção entre aqueles que se beneficiam dos avanços do progresso e aqueles que devem ser sacrificados em seu nome, sempre exigidos. Progresso é, segundo acepção corrente em dicionários, marcha para diante: a penetração colonial sertão adentro e sua continuidade reeditada na marcha para o oeste varguista e no entregar o butim para integrar do regime golpista pós-64. Trata-se do avanço contra a natureza e os povos que nunca a circunscreveram conceitualmente nos mesmos termos que os europeus extintores de mundos em missão de civilização. E civilizar é transformar em mercado, inclusive de seres humanos. A natureza moderna, taxonomia de seres destituídos de agência e, portanto, jamais uma assembleia de seres com os quais se negocia consiste na selva e seus habitantes, alguns quase humanos, se tanto, mas com certeza, todos selvagens que devem ser subjugados a qualquer custo, a bem do progresso. O investimento do Estado consiste, prioritariamente, em fagocitar a máquina de guerra.

Quando o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida (2008) se refere ao discurso que sugere a degradação como efeito de atividades econômicas itinerantes, sua formulação diz respeito à imposição de estigma – mais um – às populações que historicamente habitam a Amazônia, seguidamente reputados como obstáculos ao progresso de sua própria região. A máquina de guerra nômade é, desde sempre, inadmissível. Em todo caso, a sugestão torna-se indubitavelmente efetiva se pensarmos que a fronteira agrícola do modelo econômico desenvolvimentista possui caráter itinerante. O capitalismo não está em crise, como querem alguns esperançosos: crise é o fio condutor da expansão capitalista. Operações empresariais em larga escala como a mineração ou o monocultivo de soja criam paisagens inóspitas. Não há gente



aí, à exceção do reduzido contingente de trabalhadores que opera o maquinário pesado da deleção ou a coordena e supervisiona. Esse é o verdadeiro vazio demográfico, instalado junto com plantas (agro)industriais de exploração e sucedido pelos colapsos localizados de uma economia muito mais de remessas para fora do que de circuitos regionais.

O capitalismo enquanto sistema-mundo não colapsa, mas persiste através da ascensão e decadência dos lugares, alguns tornados cidades na Amazônia, aglomerações sempre precárias em meio a territórios conflagrados, que atendem à voracidade fundiária terratenente, mas não somente. Trata-se de repositórios de trabalhadores e trabalhadoras mal remuneradas, arenas da livre iniciativa empreendedora do exército de reserva e desabrigos temporários de despossuídos, invariavelmente carentes de árvores, não raro empestados pelo funcionamento de frigoríficos e sazonalmente envoltos por uma espessa nuvem de fumaça. Entretanto, como apontaram Bertha Becker e Lia Osório (1982), é na combalida urbe amazônica, ponto de fixação e redistribuição da força de trabalho prudentemente alijada da reivindicação fundiária, que a população introjeta os valores do sistema dominante, se subordinando à autoridade. E a autoridade é o agro, catequese da atual quadra histórica: os descimentos persistem constituindo cidades.

A mineração destrói a área em que opera e impacta adjacências imediatas, embora mantendo vastos territórios alhures na iminência de catástrofes, vide aquelas perpetradas a partir de Mariana e Brumadinho, ou sujeitos a toda sorte de violações, acompanhe-se os trilhos do trem de Carajás até Itaquí. Além disso, o impacto de suas operações reverberam por todo o planeta através dos tentáculos da economia capitalista: é por aí que se dão os fluxos decodificados que atendem à demanda por matérias-primas, energia, mão de obra precarizada e legislações obsequiosas. Entretanto, é o agronegócio que impede a reinstauração de uma outra demografia, secularmente vigente, predominantemente dispersa, que também incluiu, antes da chegada dos invasores europeus, adensamentos populacionais maiores, mas que não impunham algo como uma centralidade administrativa em ampla escala territorial. Provavelmente, cumpriam o papel de nós em uma rede de circulação e intercâmbio que se estendia dos sopés dos Andes ao Atlântico, acompanhando o curso dos rios, conectados por varadouros: rizoma, entrelaçamento de linhas de fuga.



A insistente referência à insuficiência demográfica da Amazônia foi, desde Pombal, um convite à devassa como política de Estado, e segue sugerida ainda hoje quando se repete à exaustão pelos grotões que há muita terra para pouco índio. Em um Estado-nação cujo arcabouço jurídico-institucional se constituiu para viabilizar e legitimar a desterritorialização indígena, continua inaceitável para muitos a salvaguarda estatal de territorializações comunitárias. Entretanto, o espaço vazio foi uma ficção à qual se procurou dar materialidade a ferro e fogo nas últimas seis décadas. Em que pese o absurdo decréscimo populacional autóctone decorrente da invasão colonial, a floresta nunca deixou de ser habitada, embora, repita-se, sob outras demografias.

Em uma região na qual as políticas de contenção territorial das últimas décadas praticamente inviabilizaram a itinerância, à exceção daquela estritamente necessária à disponibilização de mão de obra barata para os empreendimentos capitalistas ou para megaprojetos de infraestrutura, soa no mínimo bizarra a insistência em atrelar ao atraso modos de vida pouco afeitos à sedentarização. Ademais, os deslocamentos territoriais indígenas, quilombolas e caboclos jamais excluíram o retorno. O nomadismo diz respeito ao domínio sobre o território. O nômade não é necessariamente um errante, sujeito à contingência, como os *beatniks* ou protagonistas de filmes de estrada. Populações nômades nunca o foram indefinidamente. Do contrário, trata-se do advento da diáspora. Podem, inclusive, jardinar os longos caminhos que percorrem, como nos mostrou Darrel Posey (1986) em sua descrição do manejo Kayapó de florestas e cerrados. O território é sucessão de encruzilhadas, emaranhado de percursos: por isso, a casa e o tapiri, ambos moradas provisórias. Quando ainda em escala humana, o transitar faz paisagens. A itinerância capitalista é a da economia, não necessariamente a das pessoas, a menos que estritamente exigida pela reprodução do capital. Em decorrência, inúmeros mecanismos de imobilização da força de trabalho foram colocados em prática para coibir o deslocamento livre e impor o sedentarismo, desde que sem terra, territorialização desterrada.

Na historiografia costumeira, a transformação dos seres humanos de caçadores e coletores em criadores e agricultores demarca o momento da passagem da condição de nomadismo para o sedentarismo, o que configuraria uma relação mais estável com o espaço e, portanto, uma territorialização menos suscetível às investidas de outros grupos. Trata-se do sequestro primordial da máquina de guerra, tornada sedentária e, portanto, estatal, outro termo para elitista, em que



pese a ausência da aceção em dicionários. Entretanto, essa é uma visão bastante eurocêntrica da longa duração, inclusive colocada em xeque pela inexistência de um centro europeu de irradiação da atividade agrícola. A agricultura dos trópicos é nômade desde seus primórdios e implicou na domesticação concomitante de espécies e paisagens.

Provavelmente ainda antes, mas certamente após a adesão amazônica ao teatro principesco às margens do Ipiranga, quando já existia algo como um campesinato oriundo da incorporação colonial da hileia, estratégias comunitárias de territorialização giraram principalmente em torno do trabalho, em um esquema vigente apenas no direito consuetudinário, sem mediação do Estado, esse que, em todo caso, sempre esteve ausente até aparecer invariavelmente do pior jeito. Através do trabalho em regime familiar – mas também largamente apoiado pela ação coletiva, através de mutirões, denominados regionalmente de ajuris ou puxiruns –, trabalhadores e trabalhadoras apropriavam-se de pequenas áreas, convertidas em roçados que retornavam à condição de mata após um período de abandono e descanso, o pousio. Um “abandono” bem ativo, diga-se de passagem, que não remete a desamparo, uma vez que, não raro, ainda há germoplasma manipulado nessas áreas em pousio. A rica agrobiodiversidade de uma espécie como a mandioca, propagada vegetativamente, explica-se pelo “abandono” de um campo de cultivo que, todavia, segue sempre visitado.

Às vezes, essas pequenas áreas eram convertidas em sítios-pomares que também ganhavam contornos de mata ao longo dos anos, logo em seguida ao término da colheita do roçado ou mesmo concomitantemente aos tratos que o punham saudável e produtivo. Essa prática agrícola itinerante prescindia de cercas, absolutamente desnecessárias, e transformou significativas parcelas dos territórios amazônicos em um mosaico roçado-capoeira-mata. Um observador menos atento é incapaz de distinguir capoeiras antigas, que são as matas secundárias, de matas virgens – epíteto já desmistificado por ampla literatura desde pelo menos o último quartel do século passado: trata-se de mera economia argumentativa –, até porque uma das formas de diferenciá-las envolveria avistar exemplares seculares de árvores.

Contudo, recorrentemente, algumas dessas árvores seculares eram premeditadamente preservadas durante o processo de abertura de matas para implantação de roçados, afinal, não derrubar uma árvore que produz frutos ou sementes comestíveis em abundância ou apta a



fornecer, futuramente, madeira para a construção ou reforma de uma casa é uma decisão fácil de tomar. Além disso, as pessoas estabelecem outras relações com as árvores, para além das utilitárias. Se por um lado, estas são pontos de referência, fornecem sombra, frutos, forragem animal, madeira, lenha, embiras, cortiças, pigmentos, condimentos, remédios, venenos, substâncias psicoativas, brinquedos, esconderijo, galhos e troncos para atar redes – isso para dizer do trivial – por outro, são sagradas, põem perdidos transeuntes, abrigam passarinhos de comportamento escrutinado por pura curiosidade ou delimitam os domínios de seres que, em nossa miopia cientificista, denominamos entes fantásticos.

Em virtude de sua onipresença nas paisagens, árvores impõem distinção: são raras aquelas carentes de batismo que, inclusive, não se limita ao âmbito interespecífico, podendo mesmo chegar ao nível de indivíduos. No mundo de algumas décadas atrás, em que nossa construção societária mais ampla ainda se encontrava permeada de campesinidade, não era de bom-tom ignorar a diferenciação dendrológica. Lugares habitados por humanos eram arborizados e assim se revelavam a forasteiros em busca de anfitriões que lhes dessem pouso ao longo de travessias mais demoradas. A presença de árvores familiares anunciava terreiros, antecedia a saudação. Árvores e camponeses não antagonizavam entre si, pelo contrário: as matas ocultaram durante séculos a emergência de um entrelugar caboclo e quilombola nos interstícios da *plantation* escravocrata e etnocida. Refúgios para pessoas e árvores que escapavam, sinergicamente, ao açoite, ao bacamarte, ao machado. Nós adicionados à trama da vasta rede sociotécnica de povos autóctones a quem se convencionou chamar de índios, anterior à chegada dos invasores que entristeceram os trópicos, desprovendo-os de árvores e negando-lhes existência enquanto lugares de vida não branca.

A floresta, esse artefato indígena milenar e multissocietário, erigido por coletividades humanas[4], mas não somente, foi um legado recebido e preservado por um campesinato eminentemente ribeirinho – embora dinâmico, porque jamais interrompida a coevolução interespecífica engendrada pelos múltiplos habitantes da hileia – até meados do século passado, justamente quando a ocupação da região foi estimulada em novos termos pelo Estado. E não se trata apenas de uma questão de incremento demográfico, mas da introdução da cerca que, imprópria para circunscrever jurisdições, as anula: elimina todo e qualquer regramento que a antecede e exclui da



jurisprudência, como sujeitos de direitos, todos os outros viventes. Dito de outra forma, a cerca instaura o estatuto único da propriedade privante, apartando mundos.

Mundos que se tocavam nas bordas, que as sobrepunham, lugares de diversidade elevada, ecótonos, não de uma ecologia apenas biofísica, mas também de paisagens e saberes. Contínuo espacial e histórico de heterotopias. As florestas são platôs contínuos de intensidade, sem centralidade dinamizadora ou destino final após transpostos. O Eldorado, almejado clímax do saque, é criação europeia, não ameríndia. A floresta, que nos antecede no tempo geológico, existiu, em boa parte de um tempo histórico que só pode ser o da longa duração, simultaneamente como natureza e cultura, abrigando em seu seio uma agricultura que não a imitava, mas dela se nutria, retroalimentando-a: ciência nômade. Herança de indígenas, essa agricultura foi camponesa também.

A agricultura itinerante que sustentou a Cabanagem, pondo-a em marcha, manteve nômade a máquina de guerra, constituindo um mosaico amazônica de zonas autônomas temporárias, mas não efêmeras, onde a sociabilidade multiespécies foi vigente. Rapidamente tragados pela floresta, roçados abandonados eram reconhecidos apenas por aqueles que os cultivaram um dia. A perturbação guiada da floresta evitava também a sujeição à jurisprudência branca, incapaz de penetrar em domínios sempre longe da sua alçada, arredios a regramentos, espaços de incessante negociação entre os mais diversos seres: rizomas, que são aliança.

Apesar do seu fascínio pela estepe e pelo deserto que se propagam onde a floresta recua, tornados arquétipos do espaço liso nômade, Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011, p. 38) admitiram que “árvores podem corresponder ao rizoma, ou, inversamente, germinar em rizoma”. O rizoma não exclui a arborescência, coletiva e, portanto, temida, adjetivos indissociáveis. Se a estepe e o deserto não podem ser numerados, quantificados, assim também ocorre com a floresta: é preciso deitá-la abaixo para fazê-lo, porém, a contagem de toras, evidentemente, não lhe corresponde. Por outro lado, não nos esqueçamos: o agronegócio que somente pode subsistir em íntimo conluio com o aparelho de Estado, faz desertos.

Em decorrência, as coletividades mais que humanas que urge retomarmos não podem se furtar à complexa assembleia arborescente: epífitas, lianas, artrópodes, moluscos, mamíferos, aves, lagartos, serpentes, líquens que são fungos e algas, fungos micorrízicos que conectam árvores em



uma espécie de *dendronet*[5] de intensa informação em trânsito, nódulos de bactérias associadas às raízes que estabelecem trocas atmosféricas-vegetais tanto quanto os estômatos das folhas. Trata-se de lógica que se contrapõe àquela cristalizada a partir de uma árvore simplista tomada como modelo, de bifurcações sucessivas, como numa chave dicotômica tolamente maniqueísta, mas que, tal qual a própria modernidade, aspira à totalidade, projeto levado a cabo tomando-se uma parte pelo todo: o tronco e os galhos que nele brotam como a árvore inteira. Não, a árvore é uma assembleia. Embora sua raiz seja pivotante e perscrute as profundezas da terra, ela não se nega à linha de fuga rizomática, não obstante o aparente descompasso entre sua morfologia e a multiplicidade de agenciamentos que povoam o mundo.

A árvore não é só, mas partícipe de uma floresta. Deleuze e Guattari (2012) compreenderam que o mar é o espaço liso por excelência, ocupado sem ser medido. Na Amazônia, os rios são como o mar. E as florestas, em muitos lugares, se confundem com os rios mares. Impossível distinguir entre o que acolhe e é acolhido: chamamos igapó ao indistinguível. Emaranhado fluvial, labirinto vegetal, ambos um só, repleto de esconderijos. Convite à resistência, outro nome para a máquina de guerra, razão pela qual inventaram o Estado e, posteriormente, os desfolhantes. Motivo pelo qual a burocracia técnico-científica de órgãos estatais de regulação fundiária que impunham o quadrado burro também exigiam a supressão das florestas, essas mesmas que põem ainda os rios a voar.

Árvores não se opõem ao nomadismo, mas pelo contrário, o sustentam, aportam nutrientes e abrigo à transumância, desafiam cognitivamente. Na aurora da trajetória humana, indícios perscrutados em paisagens pródigas em árvores e informação resultaram no aumento de nossos cérebros e nos transformaram gradativamente em humanos, a espécie de cordado mais cosmopolita do planeta. E não há cosmopolitismo sem deslocamento, assim como não há enraizamento sem que o propágulo, o esporo, a semente, o nômade cheguem, vindos de algum lugar.

Há uma mobilidade que antecede a exigida pelo capital, a da máquina de guerra que, se não chegou a conjurar o Estado, o confronta em sua subserviência aos *lobbies* desterritorializantes dos conglomerados capitalistas, amparados por amplas frações dos poderes que o organizam, a exemplo da legislatura do agronegócio. Diante da sobrerrepresentação legislativa de um



empresariado que contribui sobejamente para a concentração demográfica urbana enquanto torna desabitadas amplas extensões territoriais, deixando-as, inclusive, mais suscetíveis à ação criminosa fora do âmbito agrário[6] (apenas por enquanto), a territorialização das pessoas sob outras demografias é contraponto imprescindível ao agronegócio imobilizador, criador de vazios demográficos. O homem do campo da agrofabulação é, a despeito de sua indumentária de *cowboy*, sobretudo, um habitante citadino. Consequentemente, quase poderíamos dizer: não há mais que se fazer reforma agrária. Ruínas são reformadas quando sítios históricos relevantes, o que não é o caso. O edifício agrário brasileiro, alicerçado no modelo monocultor-exportador que não para em pé sem crédito farto, perdão e securitização de dívidas, impostos irrisórios, ainda assim renúncias fiscais e vista grossa para a ilicitude, deve ser demolido de maneira que se possa construir algo novo no lugar.

Precisamos de uma revolução agrária, mas como uma revolução científica nômade: a máquina de guerra diz respeito a regimes de pensar – e fazer – não domesticados pela ciência régia, normal, obsoleta em um mundo que aquece. Não há delírios beligerantes aqui: a máquina de guerra não promove o conflito armado, necessariamente. A máquina de guerra nômade se opõe à arbitrariedade e beligerância estatais, é o que freia o avanço das corporações capitalistas e domestica os agentes do Estado sempre pendente a interesses corporativos, ambos assessorados por homens de ciência. Aliás, o aparelho de Estado e a máquina de guerra como pura forma de exterioridade não são um par antagônico que constitui mais um dualismo, são, antes, dois polos entre os quais se estende um espectro de tipologia imbricada. Por isso, a entrega condescendente de um sentido de pertença pela nação: há de se diluir a perda dos enraizamentos nômades com algum subterfúgio. Todavia, o Estado só tem razão de ser se renuncia à máquina de guerra, se reconhece e legitima esses enraizamentos em sua diversidade, se viabiliza a aliança nômade: rizoma. Ou talvez Estado plurinacional, como queiram.

Embora o conceito deleuze-guattariano de desterritorialização permita *insights* instigantes, há o imperativo semântico de imbuí-lo da violência dos agentes que a impõe. Não são nômades, porque não pertencem a lugar algum. O agronegócio sustentado pelo Estado se expande ao modo da propagação viral: à maneira de quem invade células e as destrói para assegurar sua replicação, colapsando corpos. Seu movimento inflige morte, com a qual cobre o mundo. Todo o resto são as



multiplicidades que se definem pelo fora, mas, às vezes, compulsoriamente. Contudo, se não se pode prescindir das linhas de fuga, é extenuante seguir por elas indefinidamente.

As raízes que as pessoas fincam na terra são rizoma, se espalham pelo território, movimentando-as ao invés de fixando-as, conferindo um certo aspecto, uma fisionomia, uma sinfonia a um conjunto de lugares interconectados, que reconhecemos como paisagens de pertença. Inversamente, estamos criando paisagens do desterro em mais de um sentido: não apenas como aquelas vislumbradas pelo migrante em seu itinerário diaspórico, mas se desterro é a expulsão da terra em que se vive, pode muito bem ser a degradação do lugar de nosso aterramento. Nesse caso, não é somente o exilado que parte, a contragosto, de sua terra, mas também a terra que se esvai, erodida e, portanto, exilada de seu berço, tirando o chão de quem fica.

A ativista Mapuche Moira Millán nos alerta para o terricídio[7] em curso: o tríplice extermínio do mundo tangível, os ecossistemas; do mundo perceptível, os lugares sagrados de quem pertence a um trecho do mundo tangível; e dos povos que transitam entre esses dois mundos, um só, afinal. Em suma, o assassinato da terra que alimenta as pessoas com comida de verdade, nutrindo solidariedades. O domínio sobre o território, resistência à desterritorialização, ciência nômade que se opõe ao terricídio, abrange um raio de muitas dezenas de quilômetros, às vezes centenas. O manejo de ambientes implicado, aporte humano a cooperações multiespécies, perturbação guiada como propõe Anna Tsing (2019), assim como suas repercussões paisagísticas, ainda persistem nos dias de hoje, embora sob forte constrição territorial. Urge que tornemos a ciência nômade matriz civilizatória, desinchando cidades inviáveis e preenchendo vazios demográficos insidiosamente projetados. Trata-se de empreender o imprescindível exercício coletivo de nomadizar simultaneamente o pensamento e o espaço, recusando as monoculturas do campo estriado e da mente: enfim, a territorialização do mundo só pode ser aterrada, o que não significa, de forma alguma, imobilizada. O capitalismo é a rendição do mundo e o agronegócio, parte significativa da pilhagem subsequente. Sem eles, poderemos finalmente seguir adiante mesmo que optemos por não sair do lugar.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.



ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BECKER, Bertha; MACHADO, Lia Osório. Uma nova fronteira para o século XXI. **Ciência Hoje**, v. 1, n. 3, p. 45-50, 1982.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Não verás país nenhum**. São Paulo: Global, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 5. São Paulo: Editora 34, 2012.

LIMA, Tânia Stolze. O dois e seu múltiplo, reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia Tupi. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 21-47, 1996.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Estúdio: Bananeira Filmes; Gullane; Laterit Productions. Rio de Janeiro: Riofilme, 2004. 1 DVD (102 min).

OTRA VOZ. **Moira Millán y el concepto de Terricidio**. YouTube, 3 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y7bZlnjsDEw>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2022.

POSEY, Darrel. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Darcy (ed.); RIBEIRO, Berta Gleizer. (coord.). **Suma Etnológica Brasileira**, vol. 1: Etnobiologia. Petrópolis: Vozes, FINEP, 1986, p. 172-186.

SIMARD, Suzanne W.; PERRY, David A.; JONES, Melanie D.; MYROLD, David D.; DURALL, Daniel M.; MOLINA, Randy. Net transfer of carbon between ectomycorrhizal tree species in the field. **Nature**, v. 388, 1997. p. 579-582.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

Recebido em: 01/03/2024

Aceito em: 01/06/2024



[1] Doutorando em Estado e Sociedade, na Universidade Federal do Sul da Bahia, e professor da Faculdade de Educação do Campo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste Paraense. Email: amintas@unifesspa.edu.br

[2] A quantidade abusiva com que encharcam monocultivos em larga escala não permite mais considerá-los apenas insumos para o setor primário.

[3] Permito-me o neologismo para evidenciar uma omissão recorrente.

[4] A princípio, talvez essa afirmação soe um tanto antropocêntrica, mas, correndo o risco de incorrer no animismo que buscaram criticar, uma das possíveis leituras do perspectivismo ameríndio como descrito nos termos de autores como Eduardo Viveiros de Castro (1996) e Tânia Stolze Lima (1996), é que, para muitos povos indígenas, humanidade remete a algo como uma condição “expandida”, estendida a outros seres não como concessão complacente, mas porque primeva.

[5] À guisa de brincadeira, proponho mais um neologismo, agora sob a inspiração de Simard e colaboradores (1997).

[6] Vide aviões abarrotados de drogas ilegais em pistas de pouso de latifúndios.

[7] Canal Otra Voz (2020), em plataforma de *streaming*.